CONTRIBUIÇÕES E EQUÍVOCOS DAS ABORDAGENS MARXISTAS NA GEOGRAFIA ECONÔMICA: UM BREVE BALANÇO

CONTRIBUCIONES Y EQUÍVOCOS DE LOS ABORDAJES MARXISTAS EN LA GEOGRAFÍA ECONÓMICA: UN BREVE BALANCE

CONTRIBUTIONS AND MISUNDERSTANDINGS OF MARXIST APPROACHES ON ECONOMIC GEOGRAPHY: A BRIEF EVALUATION

Luis Lopes Diniz Filho
Professor do Departamento de Geografia da UFPR
Correio eletrônico: diniz@geog.ufpr.br

Resumo: Este artigo faz algumas reflexões sobre os principais problemas teóricos e metodológicos enfrentados pelos especialistas da Geografia Econômica (sejam eles economistas ou geógrafos) com o fim de avaliar criticamente os limites e possibilidades das abordagens marxistas nos estudos regionais. Duas questões são centrais dentro dessa discussão. A primeira delas é a de estabelecer se as "regiões" são construções intelectuais utilizadas para fins de análise e planejamento ou se constituem fenômenos objetivos, dados da realidade que, apesar disso, são difíceis de serem conceituados. A segunda questão diz respeito à dificuldade de conciliar o esforço de teorização sobre os padrões de organização do espaço com a perspectiva histórica de análise dos fenômenos sociais e econômicos que possuem expressão espacial.

Palavras-chave: Região – Teoria – Geografia – Economia – Marxismo

Resumen: Este artículo trae algunas reflexiones sobre los principales problemas teóricos y metodológicos que encuentran los especialistas en Geografía Económica (tanto economistas como geógrafos), con el fin de evaluar críticamente los límites y las posibilidades de los abordajes marxistas en los estudios regionales. Se presentan dos cuestiones centrales en esa discusión. La primera consiste en establecer si las "regiones" son construcciones intelectuales utilizadas pragmáticamente con fines de análisis y planificación o si ellas constituyen fenómenos objetivos, datos de la realidad que, a pesar de eso, son difíciles de conceptuar. La segunda cuestión aborda la dificultad de conciliar el esfuerzo de teorizar a respecto de los patrones de organización del espacio con perspectiva histórica de análisis de los fenómenos sociales y económicos que tienen expresión espacial.

Palabras clave*:* Región – Teoría – Geografía – Economía – Marxismo.

Abstract: This article reflects on the main methodological and theoretical problems faced by Economic Geography specialists (whether they are economists or geographers) in order to evaluate critically the limits and possibilities of Marxist approaches in the regional studies. There are two essential issues in such discussion. The first one is to establish if the "regions" are intellectual constructions devised for use in analysis and planning or if they constitute objective phenomena, real elements that, in spite of its reality, are difficult to conceptualize. The second issue refers to the difficulty in conciliating the theorization on spatial organization patterns with the historical approach of the study on the social and economic phenomena in its spatial dimension.

Keywords: Region – Theory – Geography – Economics – Marxism

Introdução

Os especialistas em Geografia Econômica costumam afirmar que, embora as regiões sejam realidades empíricas inquestionáveis, a categoria "região" mostra-se difícil de ser trabalhada teoricamente (Carleial, 1993). Alguns autores, embora sem falar sobre a objetividade das regiões, admitem que os esforços para conceituar a "região" permanecem sempre insatisfatórios para fins analíticos (Pacheco, 1996). No âmbito específico da Geografia, nota-se a "(...) dificuldade de caracterizar a 'natureza' das regiões, mesmo naqueles que as consideram um dado objetivo" (Martin, 1993, p. 65).

Subjacentes a esse problema estão duas questões teóricas ainda mal esclarecidas no campo dos estudos regionais. A primeira delas é saber se as "regiões" são construções intelectuais utilizadas pragmaticamente para fins de análise e planejamento ou se constituem fenômenos objetivos, dados da realidade que, apesar disso, são difíceis de serem conceituados para fins de teorização. A segunda questão diz respeito à dificuldade de conciliar o esforço de teorização sobre os padrões de organização do espaço com a perspectiva histórica de análise dos fenômenos sociais e econômicos que possuem expressão espacial.

Partindo desse diagnóstico bem conhecido dos problemas teóricos e metodológicos enfrentados pelos especialistas da Geografia Econômica (sejam eles economistas ou geógrafos), o que se propõe fazer neste artigo é empreender uma reflexão crítica sobre algumas das principais abordagens marxistas na área dos estudos regionais com o fim de avaliar os limites e possibilidades da aplicação do marxismo nessa área específica, tal como segue.

O Conceito de região nas análises marxistas

Sendo assim, nada melhor do que começar pelo exame das reflexões elaboradas por Ann Markusen sobre o conceito de região. Segundo ela, uma vez que o conceito de região não constitui uma categoria fundamental da teoria marxista, criam-se assim diversos problemas para o desenvolvimento de uma perspectiva de estudos regionais fundada nesse marco teórico (Markusen, 1981, p. 62). Para começar, a teoria marxista tem como referencial básico a análise do modo de produção e sustenta o "compromisso" de construir suas abordagens acerca dos fenômenos sociais mais específicos a partir de desdobramentos dessa análise geral. Por esse motivo, os autores marxistas não poderiam empregar o conceito de região sem vinculá-lo de algum modo às categorias fundamentais da teoria marxista e, mais especificamente, da teoria do desenvolvimento. Além disso, há ainda outro problema sério a ser enfrentado:

> "A primazia das relações sociais na análise marxista requer ou que unidades territoriais correspondam uma a uma a relações sociais, ou que o uso de regiões como categoria de análise seja subordinado a categorias de relações sociais. Neste último caso, não se pode falar de regiões abstratamente numa análise marxista, mas elas podem ser identificadas pelas relações sociais que as caracterizam num dado momento. Em outros termos, seu contexto histórico concreto precisa ser apresentado" (Markusen, 1981, p. 63)

Por tal razão, Markusen argumenta que a melhor maneira de contornar essa dificuldade talvez seja substituir o conceito de região pelo de regionalismo, o qual diz respeito a reivindicações de base territorial dirigidas por determinados grupos sociais ao Estado, com o fim de atingir a satisfação de interesses expressos nos projetos políticos específicos desses grupos. Ao contrário

do conceito de região, o de regionalismo teria a virtude de poder ser tratado de forma abstrata, permitindo assim a elaboração de algumas considerações de ordem teórica (Idem, p. 65).

Mas é sumamente curioso notar que, num trabalho sobre a problemática regional nos Estados Unidos, publicado posteriormente, Markusen (1987) não deixou de tentar formular um conceito de região que pudesse servir de suporte para o estudo das disparidades regionais e suas relações com o regionalismo. No fundo, essa mudança significa o reconhecimento de que, embora não seja viável construir um conceito abstrato de região numa ótica marxista, é por outro lado imprescindível utilizar uma definição que possa servir como instrumento analítico para captar diferenças de desenvolvimento socioeconômico discerníveis numa escala intermediária entre o "local" e o "nacional", inclusive para que se possa entender os vínculos entre essas diferenças regionais e os conflitos de base regionalista – vínculos esses mediatizados pelo contexto político e cultural em que se processam tais conflitos, é claro (Idem, p. 30). Todavia, o conceito que Markusen adotou para realizar seu estudo continuou a refletir a tensão que há no marxismo entre as abordagens teóricas mais generalizantes e o estudo histórico concreto das regiões:

> "A region is an historically evolved, contiguous territorial society that possesses a physical environment, a socioeconomic, political, and cultural milieu, and a spatial structure distinct from other regions and from the other major territorial units, city and nation" (Markusen, 1987, p. 16-17).

Vê-se aí facilmente que tal conceito de região não pode ser qualificado como uma categoria marxista; pelo contrário, ele é exatamente o mesmo subjacente à esfera do senso comum e à produção da Geografia Tradicional, pois entende a "região" simplesmente como uma parcela da superfície terrestre que se diferencia das outras pelo fato de apresentar um conjunto de atributos que não se encontram em todos os lugares[1]. Retorna-se assim à idéia de região como espaço dotado de características únicas, embora o objetivo da análise não seja o entendimento das singularidades regionais como um fim em si mesmo (como ocorria na Geografia Tradicional), mas tão-somente como meio para identificar os inúmeros condicionantes da divisão territorial do trabalho e dos diferentes níveis de desenvolvimento sócio-econômico regional[2]. Daí porque a utilização de um conceito que não permite pensar abstratamente as "regiões", já que toma uma multiplicidade de elementos heterogêneos como critério de identificação destas, elementos cujas relações entre si e com a dinâmica econômica só podem ser captadas de um ponto de vista histórico. Daí também porque alguns autores têm apontado que a perspectiva defendida por Markusen conduz ao perigo de retornar a um empirismo puro (Martin, 1993, p. 81).

Além disso, as idéias de Markusen têm sido alvo de críticas por parte de outros autores que se propõem a adotar o marxismo como referência teórica para os estudos regionais. Nesse sentido, Liana Maria da Frota Carleial (1993) discorda de Markusen quando esta afirma que a "região" não constitui uma categoria marxista fundamental. Para Carleial, aceitar esse argumento seria como pressupor que, sendo impossível para qualquer teoria abarcar a totalidade dos fenômenos presentes na "realidade concreta", seria necessário simplesmente desconsiderar todos os fenômenos que

[1] A conhecida análise elaborada por Hartshorne em seu clássico "Propósitos e Natureza da Geografia" já assinalava que o termo "região", tal como era empregado pelos geógrafos, tinha um significado impreciso e plenamente de acordo com seu uso popular (Hartshorne, 1978: 138).

[2] Vale ressaltar que a inclusão dos elementos naturais como critérios de regionalização reforça a idéia de singularidade das regiões, tal como se dava na Geografia Tradicional: "The category 'region' connotes territorial units with unique physical and cultural traits (...)" (Markusen, 1987: 17).
por Rolim (1982, p. 589).

escapam às teorias estabelecidas para poder empregá-las, ou então partir para a construção de mais e mais teorias novas a fim de explicar os aspectos da realidade não contemplados nos modelos teóricos mais abrangentes.

A partir dessa objeção, a autora conclui que a possibilidade de utilizar o instrumental marxista no estudo das regiões reside no esforço para encontrar conceitos que funcionem como elementos mediadores entre as teorias mais gerais e a realidade concreta, problema esse que, todavia, não é exclusivo do campo dos estudos regionais, mas sim uma dificuldade inerente a diversos outros campos da Economia, como nos estudos sobre as relações entre o capital particular e os preços, por exemplo (Carleial, 1993, p. 46). No caso dos estudos regionais, o conceito que permite fazer a mediação entre as leis definidas para o capital em geral e a dinâmica das regiões é, segundo essa autora, o de divisão territorial do trabalho, o qual diz respeito à "conformação de estruturas produtivas e de emprego especializadas". Nesse sentido, o estudo das regiões abrange não apenas processos de natureza econômica, mas também os condicionantes políticos da divisão territorial do trabalho, expressos, sobretudo, nas políticas públicas que atuam sobre a estrutura produtiva nacional, como a concessão de incentivos fiscais e financeiros às empresas, políticas de preços mínimos para produtos agrícolas etc.

Nesse ponto, Carleial chega ao critério mais utilizado pelos marxistas para definir e delimitar as "regiões", pois a divisão territorial do trabalho é um conceito que permite não apenas dividir o espaço terrestre de acordo com um critério relevante para a compreensão do desenvolvimento desigual e de seus condicionantes de ordem econômica e política, mas também para articular as transformações econômicas verificadas num dado espaço regional àquelas mudanças operadas em escala nacional e internacional. Entretanto, é significativo notar como tais considerações não avançam nenhuma explicação para a dificuldade de formular um conceito científico de região e muito menos para corroborar a afirmação de que as "regiões" seriam realidades empíricas inquestionáveis, como visto na Introdução. Na verdade, Carleial só discute realmente essa questão ao criticar alguns autores que propõem substituir a ênfase no conceito de região por um enfoque centrado no conceito de espaço[3].

Discutindo as relações entre esses dois conceitos, Carleial sustenta que ambos devem ser vistos como categorias estreitamente imbricadas. Assim, enquanto o "espaço" é uma categoria de natureza mais geral e abstrata, o conceito de "região" faz referência a uma realidade empírica, pois "o que é visível ao nível do movimento concreto do capital são as regiões", e essa manifestação visível pode ser expressa em indicadores como os de diferenciais de salários, de nível de produtividade etc. (Idem, p. 47). Mais adiante, a autora afirma que, como o "formato" das regiões se altera a partir de processos internos e externos aos territórios nacionais, é possível dizer que "como resultante interna, as alterações devem aparecer na conformação da divisão social do trabalho". Estaria assim aberta uma importante via de teorização sobre as regiões, dado que "esse entendimento incorpora a possibilidade de mesmo sendo – região – uma evidência empírica ela possa ser pensada teoricamente" (Ibidem, p. 48).

Finalizando suas reflexões, Carleial afirma que essa última assertiva remete para a questão de como se daria o estudo das "regiões concretas", isto é, como se faria a operacionalização dos conceitos nos estudos regionais. Sua conclusão é a de que essa operacionalização deve ser efetuada através de diferentes "regionalizações", visto que:

[3] A autora cita como exemplo um estudo de Rolim (1982). É aliás curioso notar como a reflexão epistemológica de vários economistas de extração marxista sobre o conceito de espaço (Ablas, 1993) se aproxima muito daquela que vem sendo realizada pelos geógrafos nos últimos vinte anos, como aliás já foi reconhecido por Rolim (1982, p. 589).

> "(...) é possível, a partir de uma forma de compreensão do que seja região, estabelecer diferentes regionalizações em função do que se pretende destacar. A divisão social do trabalho como se colocou anteriormente é uma categoria capaz de revelar as relações de produção e de trabalho, e portanto, as especificidades do mercado de trabalho, a ação do Estado e as possibilidade de participação política. *Cada região expressa assim sua face*. No entanto, em nível do empírico, alguns elementos podem ser priorizados por serem capazes de revelar *esta face* através de distintas regionalizações" (1993, p. 48 - grifos nossos).

Diante dessa exposição, não há como deixar de reconhecer que as concepções de Carleial são no mínimo confusas. Embora discutindo o conceito de região, e mesmo sustentando que as regiões são uma realidade visível, a autora não chega a formular um conceito claro para esse objeto empírico. O máximo que faz é caracterizá-las como se fossem entidades que se tornariam visíveis ao observador através da "conformação da divisão social do trabalho". Quer dizer, as regiões não se identificam com a divisão territorial do trabalho, mas se mostram através dela. Fica, porém, a questão de saber o que é, afinal, uma região.

E o que dizer da idéia segundo a qual "*o que é visível ao nível do movimento concreto do capital são as regiões*"? A noção de região implica necessariamente a noção de limite entre duas porções diferenciadas da superfície terrestre, mas não parece haver delimitações visíveis criadas espontaneamente pelos processos econômicos[4]. Essa visibilidade estaria posta na paisagem, de modo análogo ao que pensava Vidal de La Blache, ou estaria associada a indicadores econômicos regionalizados, tais como o de salários médios, nível de produtividade e outros? Na primeira hipótese, incorre-se no equívoco de assumir a existência objetiva das regiões como um dado *a priori*, elidindo desse modo o fato de que as regiões assim caracterizadas são na verdade fruto da seleção arbitrária de alguns elementos visíveis na paisagem como critérios de regionalização. Esse é justamente o nervo da conhecida crítica de Yves Lacoste (1989) à Geografia Regional lablachiana, mas é pena que os economistas regionais não demonstrem possuir o menor conhecimento dos estudos clássicos da Geografia. Na segunda hipótese, atribui-se à regionalização dos dados estatísticos uma objetividade que pertence unicamente aos fenômenos sociais e econômicos que esses dados procuram mensurar. Tomando-se um exemplo simples, verifica-se que a produtividade não é um atributo das "regiões", mas sim de unidades de produção que foram objeto de pesquisas econômicas; as divisões regionais constituem apenas uma forma de agregar os dados estatísticos de um modo que permita entender a distribuição espacial dessas unidades segundo seus diferentes níveis de produtividade.

Para o bem da coerência, seria mais correto dizer que as regiões não são um fato verificável empiricamente; o único fato visível em jogo é o de que o desenvolvimento econômico não ocorre de forma espacialmente homogênea, do mesmo modo como as atividades humanas não se distribuem uniformemente sobre a superfície do planeta. Sendo assim, a divisão do trabalho não é um fenômeno capaz de mostrar a "face" das regiões, devendo-se para isso proceder a uma série de regionalizações concebidas de modo a destacar os vários aspectos de tais regiões. Pelo contrário, a divisão territorial do trabalho é apenas um critério que pode ser utilizado para regionalizar o espaço terrestre no intuito de efetuar estudos concretos sobre o desenvolvimento desigual. É só a partir desse entendimento das regiões como conceitos utilizados para dividir o espaço com fins analíticos que faz sentido afirmar ser possível "*estabelecer diferentes regionalizações em função do que se pretende destacar*".

[4] Com efeito, Carleial (1993) e Lencioni (1997) afirmam que o essencial na noção de região é que ela trabalha sempre com a relação entro o "todo" e as "partes".

Posto isso, é preciso ressalvar que nem todos os autores inspirados pelo marxismo tomam a existência das regiões como um dado empírico externo a qualquer referencial teórico[5], havendo também quem procure estabelecer a objetividade das regiões a partir da aplicação direta da teoria marxista do valor à problemática do desenvolvimento desigual. É o caso do geógrafo americano Edward Soja, que no texto "Uma Interpretação Materialista da Espacialidade" expressa sua surpresa frente ao fato de que alguns autores marxistas concebem a região como um simples instrumento metodológico, desprovido, portanto, de existência real (1983). Partindo dessa observação, Soja utiliza uma determinada leitura d'O Capital para formular a tese de que o modo de produção capitalista engendra necessariamente certos mecanismos de "intercâmbio desigual" que acabam configurando um conjunto de regiões que se caracterizam pela sua condição de "pólos de acumulação" ou de "desvalorização".

A construção dessa tese começa pela consideração de que os produtores que operam com baixos níveis de produtividade, pelo fato de empregarem mais mão-de-obra, agregam maiores quantidades de "valor-trabalho" às suas mercadorias do que os produtores que operam com elevada produtividade do trabalho. Entretanto, a concorrência capitalista acabaria reduzindo o preço das mercadorias em função dos menores custos de produção com os quais operam esses produtores mais eficientes. Como resultado, os produtores que operam com níveis de produtividade inferiores à média social, não seriam capazes de vender suas mercadorias por um preço que permitisse realizar todo o valor criado no processo produtivo; em contraste, aqueles que operam com níveis de produtividade do trabalho acima da média poderiam auferir um super-lucro, pois o preço de venda de suas mercadorias seria suficiente para realizar o valor gerado através de seus respectivos processos produtivos e ainda lhes facultaria apropriar-se de parte do valor criado pelos produtores menos privilegiados. Nesse sentido, as diferenças vigentes entre os vários produtores quanto à composição orgânica do capital e aos níveis de produtividade do trabalho acabariam determinando a ocorrência de "transferências de valor" entre firmas e entre setores de atividade, tendo por base justamente essas "diferenças resultantes entre valor concretizado e preço" (Soja, 1983, p. 68). Fechando o raciocínio, o autor considera que, como a distribuição das atividades produtivas no espaço obedece a certos padrões, o resultado agregado dessas diferenças de produtividade entre firmas e entre setores acabaria determinando também a posição de cada espaço regional num processo de "transferência geográfica de valor". Haveria, portanto, um complexo mecanismo de trocas desiguais operando desde a escala mundial até a escala das regiões, o qual levaria parte do valor produzido nas regiões "sub-desenvolvidas" a ser realizado nas "super-desenvolvidas", onde se localizam as atividades e empresas mais produtivas (Soja, 1993 e 1983).

Diante disso, vale a pena fazer algumas considerações sobre esse conceito de "transferência geográfica de valor" de Edward Soja, embora sem detalhar a discussão dos problemas teóricos e metodológicos que acompanham essa versão reciclada de certas teorias das trocas desiguais inspiradas no marxismo, tarefa que já realizamos em estudo recente (Diniz Filho, 1999). Basta mencionar que essa linha de interpretação esbarra numa série de percalços metodológicos que a tornam incompatível com os pressupostos fundamentais da teoria marxista do valor. Entre esses problemas está a impossibilidade de operação da "lei" do valor na escala das relações econômicas internacionais, em virtude das inúmeras mediações que, interferindo na dinâmica dessas relações, impedem o funcionamento de mecanismos que possam engendrar uma tendência à equalização

[5] Ressalve-se ainda que esse tipo de equívoco está muito longe de ser exclusividade do marxismo. Basta ler os argumentos de um economista liberal como Kenichi Ohmae, que afirma a existência empírica de "regiões-Estado" com o objetivo de criticar a intervenção econômica estatal (1995).

dos níveis de produtividade do trabalho nessa escala[6]. Outro problema grave é o pressuposto de que os produtores que operam com baixos níveis de produtividade agregariam maior quantidade de valor às suas mercadorias. Na realidade, o valor das mercadorias é determinado socialmente e o dinamismo das empresas e setores que operam com níveis de produtividade mais elevados se deve, portanto, à maior intensidade do trabalho despendido em seus respectivos processos de produção.

> "A sociedade diretamente relacionada com cada processo produtivo será, portanto, o nível relevante para definir a produtividade média de trabalho e, portanto, o valor das mercadorias produzidas. Dentro daquele espaço econômico, se em alguma produção for empregado um tempo de trabalho superior àquela média, parte desse tempo será perdida para a formação do valor, sendo este determinado para cada mercadoria pelo tempo médio necessário *socialmente* à produção. Se, pelo contrário, alguma unidade trabalhar com uma 'intensidade superior à média nacional', então à mesma duração do trabalho individual corresponderá um valor maior, por ser o valor determinado pela média social" (Galvan, s.d., p. 169 – grifo do autor).

Outro ponto a ser discutido é que a tese de Edward Soja a respeito do intercâmbio desigual deveria ser capaz de resolver os problemas relativos à aplicação das teorias sobre o movimento do capital em geral na área dos estudos regionais, já que haveria um conjunto de regiões definidas objetivamente pela posição que ocupariam dentro dos mecanismos de transferência de valor inerentes à economia capitalista. Mas é preciso ressaltar que tais mecanismos não são capazes de explicar os padrões de distribuição espacial das atividades produtivas, o que é justamente um dos objetivos centrais de qualquer estudo concreto sobre a dinâmica regional. Pelo contrário, esses padrões funcionam como um *pressuposto* da teoria de Soja, pois é justamente o modo de distribuição de empresas e setores que operam com diferentes níveis de produtividade que permitiria deduzir a existência de um intercâmbio desigual entre regiões como resultado acumulado das "transferências de valor" entre essas firmas e setores. Assim, a historicidade dos processos econômicos se inscreve na análise apenas como elemento gerador de condições iniciais de desenvolvimento desigual a serem estudadas, pois essa teoria pouco ou nada contribui para explicar os movimentos de redefinição daqueles padrões.

Nesse contexto, a teoria das "transferências geográficas de valor" de Edward Soja se constitui pelo resgate de algumas teorias das trocas desiguais elaboradas na década de 70, mas ao invés de avançar a partir delas (como o autor propõe fazer), representa antes uma involução ainda maior no debate sobre a questão do desenvolvimento desigual. Isso pode ser percebido mediante uma comparação entre as teses desse autor e aquelas desenvolvidas por Alain Lipietz no clássico livro "O Capital e seu espaço" (1988).

Abordando o desenvolvimento desigual de uma ótica marxista, Lipietz afirma que os determinantes desse fenômeno derivam tanto da dimensão histórica do processo de desenvolvimento quanto da lógica que rege a acumulação de capital, mediatizada pelas especificidades do território e do perfil técnico e econômico dos vários setores.

Do ponto de vista histórico, as diferenças setoriais e geográficas de desenvolvimento seriam resultantes do processo de expansão do modo de produção capitalista, que se daria por meio da subordinação paulatina de outros modos de produção mais antigos à lógica de reprodução do

[6] A inoperância da teoria do valor trabalho em escala internacional já vem sendo apontada por críticos das teorias do "intercâmbio desigual" há mais de vinte anos, mas Soja não parece ter se dado conta disso (Diniz Filho, 1999).
[7] Apesar disso, há momentos em que Lipietz afirma que o processo histórico nem sempre conduz a uma coexistência de

capitalismo. As concepções de Lipietz mostram assim uma nítida influência althusseriana, já que dentro de cada país haveria um conjunto de modos de produção subordinados ao capitalismo, de maneira que as disparidades regionais seriam derivadas das diferentes dinâmicas de acumulação de capital ligadas a cada um desses modos de produção articulados[7].

Entretanto, esse autor deixa claro que o desenvolvimento desigual não pode ser visto como mera continuação de disparidades geradas historicamente, visto que o capitalismo engendra mecanismos que reproduzem essas diferenças, tornando-as assim um componente intrínseco da lógica da acumulação do capital. Para Lipietz, tais mecanismos estariam ligados a uma série de elementos econômicos, técnicos e políticos que especificam a forma de acumulação do capital em cada setor de atividade e também aos mecanismos de exploração do trabalho inerentes à reprodução ampliada do capital. De um lado, as diferenças entre os vários setores quanto à intensidade de investimento em capital fixo, à aplicação de conhecimento científico e tecnológico e às condições de mercado de cada produto engendrariam mecanismos de trocas desiguais favoráveis aos setores que operam com níveis mais elevados de composição orgânica do capital e de produtividade. De outro lado, as condições particulares do mercado de trabalho de cada país e os diferentes graus de organização sindical seriam responsáveis por outras formas de intercâmbio desigual, ligadas aos menores custos de reprodução da força de trabalho nos países menos desenvolvidos (Idem, p. 66-69).

Nesse ponto, já se pode notar a proximidade das teses defendidas por Alain Lipietz há mais de vinte anos daquelas elaboradas por Edward Soja ao longo da década de 80. De fato, um problema comum às teses desses dois autores diz respeito à dificuldade de conciliar a perspectiva histórica de análise (essencial dentro do marxismo) com o esforço de teorizar o fenômeno do desenvolvimento desigual a partir da análise do movimento do capital em geral. No trabalho de Lipietz, como já apontado no caso de Soja, a historicidade dos processos econômicos aparece principalmente como "herança", ou seja, como fator de criação de condições iniciais de desenvolvimento desigual a serem investigadas, já que a perpetuação das desigualdades seria decorrência da suposta operação de mecanismos de trocas desiguais[8].

Outro ponto em comum está no fato de que a concepção de Lipietz acerca desses mecanismos incorre em alguns dos mesmos equívocos já apontados no caso de Soja, tais como o de aplicar mecanicamente a teoria do valor de Marx ao âmbito das relações econômicas internacionais e a tese de que a economia capitalista cria uma situação de intercâmbio desigual favorável aos produtores que operam com níveis mais elevados de produtividade. A diferença entre ambos é que Alain Lipietz pelo menos se mostra ciente da dificuldade para estabelecer um "trabalho social médio necessário à reprodução das mercadorias" comercializadas internacionalmente e do modo como isso problematiza a aplicação da teoria do valor nessa escala. Por isso ele chega a dizer que não há propriamente a formação de um valor internacional, mas apenas "um 'pseudovalor internacional' [que] se forma no comércio mundial como *média* dos diferentes valores nacionais" (Lipietz, 1988, p. 68 – grifo do autor). Mas essa tentativa canhestra de resolver a questão não escapa da crítica segundo a qual os autores que pensavam ser possível a transferência de valor-trabalho entre diferentes sistemas econômicos nacionais, via intercâmbio desigual, só puderam chegar a esse resultado na medida em que aplicaram o conceito abstrato de valor ao entendimento das atuais

modos de produção distintos, havendo países "(...) onde o modo de produção capitalista é quase exclusivo, *se bem que desigualmente desenvolvido* (...)" (Lipietz, 1988, p. 2 – grifos do autor).

[8] Pacheco já havia notado esse problema nas teses de Lipietz e de outros autores marxistas que, mesmo declarando a importância da perspectiva histórica de análise, não conseguem fazer dela um componente intrínseco de suas construções teóricas, mas apenas uma "herança" (1996).

condições do comércio internacional, numa tentativa de contornar a irredutibilidade da formação de preços em escala internacional ao valor-trabalho (Egler, 1993, p. 73)

> Posto isso, resta ainda explicar a visão de Lipietz quanto à problemática do desenvolvimento desigual entre regiões de um mesmo país. Tomando suas considerações sobre a coexistência de modos de produção articulados, poder-se-ia deduzir que as regiões constituem simplesmente a projeção espacial destes no território nacional. Entretanto, esse autor ressalva que as regiões se definem não só a partir de modos de produção pré-capitalistas, mas também pela especialização em "(...) ramos particulares da economia capitalista, ramos outrora dinâmicos, mas dizendo respeito, atualmente, a um estádio passado do modo de produção (...)" (Lipietz, 1988, p. 2). Nesse sentido, as regiões seriam estruturas sociais definidas por certos padrões de divisão territorial do trabalho, que ele denomina de "circuitos dos ramos" (Idem, p. 96). Diante disso, conclui-se que não são as "regiões" que devem constituir o ponto de partida da análise econômica regional, mas sim a expressão espacial das relações sociais capitalistas, posto que as "regiões" só se definem no âmbito de "relações inter-regionais" estabelecidas no bojo da divisão territorial do trabalho.
>
> "(...) não é mais possível partir das 'regiões' para analisar, de uma parte, suas características e, de outra parte, suas relações inter-regionais".
>
> "Primeiro, seria preciso que o objeto 'região' fosse definido independentemente da característica que se estuda, ou da relação inter-regional que se examina. (...) Mas, mais profundamente, são as relações sociais que, à medida que têm uma dimensão espacial, 'polarizam' o espaço social. *A região aparece assim como o produto das relações inter-regionais* e estas como uma dimensão das relações sociais. Não há 'região pobre', há apenas regiões de pobres, e, se há regiões de pobres, é porque há regiões de ricos e relações sociais que polarizam riqueza e pobreza e as dispõem diferencialmente no espaço" (Lipietz, 1988, p. 28-29 – grifos do autor).

É nesse ponto que se nota a diferença essencial entre Soja e Lipietz. Embora este último assuma igualmente a idéia de que as unidades de produção transferem para os lugares em que estão situadas, sua própria dinâmica (de maneira que as regiões que abrigam setores mais intensivos em capital acabam sendo beneficiadas pelo intercâmbio desigual), nem por isso, ele chega a afirmar que existem "regiões que exploram regiões", dando assim a entender que essas regiões seriam entidades objetivas que se relacionam entre si de modo análogo ao que ocorre com as classes sociais. Pelo contrário, a visão de Lipietz é um excelente antídoto contra as tentativas de reificar as "regiões", pois explicita a impossibilidade de pensá-las independentemente das características ou relações que estiverem sendo investigadas – a rigor, exatamente aquilo que Carleial supõe ser possível fazer, ao sustentar que o conceito de divisão do trabalho permitiria revelar a "face" das regiões. Por tal motivo, Lipietz fica menos vulnerável à crítica segundo a qual esse tipo de ilação acaba conduzindo a um "fetichismo do espaço", crítica essa bastante comum entre os marxistas. Conclui-se assim que a incorporação do marxismo à área dos estudos regionais não auxilia na tentativa de demonstrar a objetividade das regiões, mesmo que se deseje trilhar o acidentado caminho de formular alguma teoria das trocas desiguais derivada desse referencial teórico e metodológico.

Sintetizando tudo o que foi dito até agora, nota-se que a Geografia Econômica inspirada no marxismo enfrenta problemas metodológicos afins às outras abordagens tradicionalmente utiliza-

das nessa área de estudos, tais como as propostas das Geografias Tradicional e Quantitativa, ou da Economia Neoclássica, quais sejam: dificuldades para elaborar um conceito genérico de região, problemas de adequação de certas teses às proposições fundamentais das teorias econômicas mais abrangentes, e, por fim, problemas relativos justamente à questão de como conciliar o enfoque teórico sobre o modo de funcionamento do capitalismo com a análise propriamente histórica do desenvolvimento desigual[9].

Sobre esse último ponto, o que chama atenção no raciocínio desenvolvido por muitos autores marxistas são os paralelos que podem ser traçados entre os problemas teóricos que envolvem a área dos estudos regionais e as controvérsias realizadas ao longo da história da Geografia sobre as relações entre os enfoques de caráter "sistemático" e "regional"[10]. No caso dos marxistas, a grande questão evidentemente não é a de estabelecer "leis gerais" sobre a distribuição espacial dos fenômenos na superfície do planeta a fim de aplicá-las no estudo de regiões específicas, tal como propunham algumas correntes da Geografia Tradicional; o problema aqui é o de como ajustar a teoria marxista sobre as "leis" de movimento do capital ao estudo do desenvolvimento desigual. Nesse sentido, o objetivo de muitos autores dessa corrente é realizar, a partir das teorias econômicas marxistas, o mesmo que os geógrafos quantitativos e os economistas neoclássicos vêm fazendo a partir de outros referenciais teóricos, isto é, chegar a teorias explicativas do fenômeno do desenvolvimento desigual através de "expansões" de teorias econômicas mais gerais, tornando mais explícito o conteúdo espacial potencialmente embutido nessas teorias[11]. Noutros termos, o que se busca é formular uma perspectiva que elimine a tensão entre o esforço de teorização do movimento do capital em geral e o estudo de problemas regionais concretos, do mesmo modo que os trabalhos apoiados na modelagem dos padrões de localização procuram fazer desaparecer as diferenças entre os enfoques "sistemáticos" e os "regionais".

Contudo, é preciso ressaltar que os estudos baseados na formalização de teorias de localização só logram efetivamente integrar essas duas perspectivas de análise na medida em que se abstraem dos condicionantes históricos e geográficos do desenvolvimento desigual, negando ou reduzindo a historicidade dos processos sociais e trabalhando com o espaço idealizado dos modelos (Corrêa, 1991). Os marxistas, porém, na medida em que procuram integrar os determinantes concretos do desenvolvimento em suas formulações teóricas, acabam se vendo às voltas com a impossibilidade de elaborar um conceito científico de região, ou seja, um conceito que permita pensar as "regiões" abstratamente. Como visto na discussão das idéias de Ann Markusen, o "contexto histórico concreto" das regiões precisa necessariamente fazer parte das análises marxistas sobre a problemática regional. É nesse sentido preciso que essa autora mostra estar com a razão quando sustenta a impossibilidade de estabelecer um conceito abstrato de região na perspectiva marxista.

Apesar disso, é preciso esclarecer que muitas das dúvidas e dificuldades que permeiam o debate sobre a aplicabilidade do marxismo na área dos estudos regionais derivam principalmente de dois falsos problemas, que se acham presentes de forma implícita, por exemplo, nas já comentadas reflexões de Ann Markusen sobre esse tema. O primeiro falso problema deriva do pressu-

[9] Sobre a aplicação dessas outras abordagens na Geografia Econômica, ver (Diniz Filho, 2000, p. 4-36).

[10] Sobre a história dessa famosa polêmica, que é sem dúvida uma das questões epistemológicas fundamentais da Geografia, existe abundante material bibliográfico. Apenas para citar alguns trabalhos recentes, ver: (Diniz Filho, 2000; Lencioni, 1997; Gomes, 1996).

[11] A produção teórica da Geografia Quantitativa, sobretudo ao enfocar as relações entre o sistema de cidades e o processo de desenvolvimento, consiste basicamente em "expansões de teorias originadas principalmente na economia e nas quais o processo espacial é tornado mais explícito" (Faissol, 1975: 15).

posto de que as possibilidades de teorização dentro dessa área de estudo dependem da elaboração de um conceito genérico de região, pois tal idéia só faz sentido em se partindo do pressuposto de que os estudos regionais devem ter como objeto "regiões", que seriam, portanto, entidades objetivas cujas características deveriam ser investigadas de um ponto de vista científico. Contudo, essa dificuldade desaparece quando se toma como objeto o fenômeno do desenvolvimento desigual, de tal maneira que o conceito de região passa a ser entendido como um instrumento para a análise desse objeto. Sob esse prisma, o emprego de algum conceito de região que incorpore a multiplicidade de condicionantes históricos e geográficos do desenvolvimento não representa, por si só, uma dificuldade para a formulação de esquemas teóricos mais gerais, pois o foco da análise estará na expressão espacial das relações capitalistas (como postula Lipietz) e não nas "regiões".

O segundo falso problema dentro dessa discussão é o de saber se seria possível realizar, na área dos estudos regionais, o "compromisso" que o marxismo colocaria de explicar fenômenos específicos a partir de análises gerais sobre o modo de produção capitalista. Tal indagação deriva de um entendimento questionável do marxismo, o qual reside no pressuposto de que só é coerente pensar o fenômeno do desenvolvimento desigual de uma ótica marxista mediante a aplicação direta das teorias sobre as "leis" de funcionamento do capitalismo a esse objeto específico. Para escapar dessa armadilha, é preciso partir de uma visão do marxismo que, ao invés de pensar o fenômeno do "desenvolvimento desigual e combinado" como uma lei férrea imposta pela lógica da acumulação do capital, prefere considerá-lo como um componente do processo histórico de mundialização do capitalismo (Moraes, 1988, p. 4). Quer dizer, a originalidade dessa linha de pensamento não está na busca de leis econômicas que regem os fenômenos sociais, mas sim na articulação da teoria da valorização do capital com o estudo da gênese do capitalismo em cada país e do processo de difusão das relações de produção capitalistas, de modo a identificar e hierarquizar os processos históricos que engendram as condições sociais indispensáveis para a vigência daquelas "leis". Partindo desse ponto de vista, torna-se possível requalificar a questão do desenvolvimento desigual:

> "Ora, a questão a ser resolvida não é '*o capital*' no espaço, mas '*o desenvolvimento do capitalismo no espaço*'. A diferença é imensa: se o primeiro caso fosse pertinente, seria o caso de inquirir sobre leis gerais; no segundo há que ter em mente que a história não importa apenas como condição inicial, é da história que estamos falando. Isto não significa obrigatoriamente ancorar-se numa proposta historicista, mas significa reconhecer que a *elaboração teórica* sobre este processo não tem como fugir da fixação de suas condições históricas" (Pacheco, 1996, p. 22 – grifo do autor).

Assim, os estudos regionais se situam claramente no interior dos debates sobre os determinantes do processo de desenvolvimento econômico, os quais também estiveram sempre (e não por acaso) marcados pela tensão entre perspectivas voltadas para a formulação de teorias gerais e outras de caráter mais historicista. E se é verdade que os trabalhos concebidos sob essa perspectiva freqüentemente não chegam a explicações amplamente generalizáveis a partir das trajetórias de desenvolvimento que analisam, sendo por isso acusadas de excesso de empirismo por parte de muitos autores – sobretudo economistas neoclássicos, como Paul Krugman (1995) –, por outro lado a parcialidade e os percalços metodológicos que acompanham as teorias de localização também não têm permitido que estas atinjam o "rigor científico" postulado por esses mesmos autores (Diniz Filho, 2000, p. 9-36).

Diante de tudo isso, não é de estranhar que as melhores análises marxistas na área dos estudos regionais sejam aquelas que, ao invés de buscarem construir teorias gerais sobre a lógica do capital no espaço, encaram o desenvolvimento desigual como um fenômeno que deve ser

compreendido a partir de conceitos mediadores entre as teorias mais gerais e os condicionantes históricos do desenvolvimento. Para os autores desse grupo, o conceito de divisão territorial do trabalho é aquele que oferece as melhores possibilidades para realizar esse projeto intelectual, na medida em que permite analisar o processo de difusão das relações de produção capitalistas. Sendo assim, não há como deixar de discutir as contribuições de Francisco de Oliveira, tanto pela forma como emprega o conceito de divisão regional do trabalho em sua análise, como também pela repercussão que esta alcançou no Brasil.

Em seu livro "Elegia para uma re(li)gião", Oliveira afirma estar ciente das dificuldades que envolvem o estabelecimento preciso do conceito de região, dada a multiplicidade de enfoques econômicos, sociais, políticos, geográficos e históricos sob os quais podem ser pensadas as regiões. Diante disso, o autor procede a uma investigação baseada na perspectiva da "divisão regional do trabalho no Brasil", embora sem negar a validade de outros enfoques (1977, p. 27):

> "Esta investigação não recusa, inicialmente, quaisquer das perspectivas assinaladas [acima], mas conforme o esboço teórico e metodológico apontou, privilegia-se aqui um conceito de região que se fundamente na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas da luta de classes e do conflito social em escala mais geral".
>
> "Desse ponto de vista, podem e existem 'regiões' em determinado espaço nacional, tanto mais determinadas quanto sejam diferenciados os processos assinalados, e, no limite (...), num sistema econômico de base capitalista, existe uma *tendência* para a completa homogeneização da reprodução do capital e de suas formas, sob a égide do processo de concentração e centralização do capital, que acabaria por fazer desaparecer as 'regiões', no sentido proposto por esta investigação. Tal tendência quase nunca chega a materializar-se de forma completa e acabada, pelo próprio fato de que o processo de reprodução do capital é por definição desigual e combinado, mas em alguns espaços econômicos do mundo capitalista, de que talvez a economia norte-americana seja o exemplo mais completo, é inegável o grau de homogeneização propiciado pela concentração e centralização do capital, de forma a quase borrar por inteiro as diferenças entre os vários segmentos do território norte-americano" (Oliveira, 1977, p. 27 – grifo do autor).

De imediato, nota-se que há semelhanças entre a visão desse autor e a de Lipietz, já que ambos procuram pensar as regiões através da identificação de formas específicas de reprodução do capital, as quais se manifestam no âmbito da divisão regional do trabalho[12]. O mérito da análise de Oliveira é que ele não hesita em refutar o formalismo do modelo althusseriano da coexistência de diferentes modos de produção subordinados ao capitalismo, deixando claro que o seu ponto de vista se prende à configuração de esquemas peculiares de reprodução ampliada do capital – alguns portadores de relações não especificamente capitalistas –, os quais podem ser localizados no espaço sob a forma de "regiões". Meritória também é a forma como ele se recusa a construir uma teoria geral sobre a manifestação do capital no espaço, procurando ao invés disso realizar uma investigação de natureza histórica sobre a "questão regional" brasileira e a atuação do planejamento estatal no Nordeste do país.

[12] Uma exposição mais detalhada sobre os paralelos e diferenças entre os trabalhos desses dois autores pode ser encontrada num estudo de Goldenstein e Seabra (1982).

Ainda assim, é preciso reconhecer que essas qualidades do trabalho de Oliveira não evitam que ele incorra em alguns equívocos comuns a outras análises marxistas (Pacheco, 1996). Exemplo disso está em sua tentativa de demonstrar que:

> "o crescimento industrial do Sudeste cria e amplia a fronteira agrícola, reproduzindo, nas margens, formas de acumulação não inteiramente capitalísticas, das quais transfere excedente que vai reforçar a capacidade de acumulação no Sudeste" (Oliveira e Reichstul, 1980, p. 72).

Mas a problematicidade dessa tese acabou sendo reconhecida pelo próprio autor, que deixou de fazer menção a essas supostas "transferências de excedente" em análises posteriores sobre o papel dos fundos públicos no Nordeste (Oliveira, 1990). O ponto mais polêmico de seus trabalhos, porém, reside na tese da tendência à homogeneização do espaço, o que coloca a necessidade de fazer uma digressão sobre esse tópico.

No estudo de Francisco de Oliveira, percebe-se a intenção de qualificar essa tendência como uma espécie de movimento assintótico, segundo o qual o espaço tornar-se-ia crescentemente indiferenciado, mas não chegaria jamais a atingir uma homogeneidade absoluta, devido ao caráter intrinsecamente desigual e combinado da reprodução ampliada do capital. Contudo, o autor não parece seguro quanto à possibilidade de confirmação empírica desse pressuposto, como se verifica no momento em que alude ao caso norte-americano, no qual o comando do capital monopolista sobre a dinâmica da acumulação em escala nacional poderia ter provocado efetivamente a dissolução completa das regiões – o que contradiz sua visão do caráter apenas tendencial do processo de homogeneização.

Por fim, Oliveira aplica essas concepções mais gerais ao caso brasileiro, afirmando que a tendência à homogeneização do espaço teve início aqui como resultado dos processos de industrialização e de integração do mercado nacional ocorridos sob o comando de São Paulo, já que esses processos tiveram o efeito de eliminar progressivamente as especificidades das formas de reprodução do capital vigentes nas regiões do Nordeste e do extremo sul (Oliveira, 1977, p. 64). Essa integração se fez pela absorção de capitais regionais que já não conseguiam "reproduzir-se" segundo as formas tradicionais em obsolescência, pela "imposição" das mercadorias produzidas pela região mais industrializada nos diversos mercados do país, e, mais tarde, pela penetração do capital nacional que se formava em São Paulo nas demais regiões. A unificação do mercado interno foi assim a expressão mais visível de um movimento de "nacionalização do capital" (Idem, p. 67), através do qual as regiões brasileiras vêm sendo gradualmente "desregionalizadas", na medida em que se generaliza a forma de reprodução tipicamente monopolista por todo o território nacional.

Todavia, a principal objeção de geógrafos e economistas a essas conclusões de Oliveira consiste justamente em negar que o processo de integração do mercado brasileiro possa ter esse efeito homogeneizador, enfatizando as peculiaridades que persistem e que são produzidas pela própria integração, materializadas nos padrões de divisão regional do trabalho, nas formas de reprodução das diversas frações de capital e da força de trabalho, nos ritmos de acumulação (que continuam sendo diferenciados, mesmo submetidos a uma dinâmica nacional), na heterogeneidade setorial e regional da estrutura produtiva, e outras mais (Pacheco, 1996, p. 12-14; Carleial e Rolim, 1994; Carleial, 1993; Egler, 1993; Goldenstein e Seabra, 1982).

Não há nada a ser contestado nessas críticas, especialmente considerando o fato de que a macrorregião Nordeste, bem ao contrário do que previa Oliveira, veio a perder participação relativa no PIB nacional no período que vai de 1985 até pelo menos 1998, a qual passou de 13,53% para 12,68% nos dois anos mencionados (Medina e Oliveira e Silva, 1999). Sendo assim,

vale acrescentar apenas que boa parte da polêmica em pauta parece ter origem no modo como Francisco de Oliveira trabalha seu conceito de região. Num dado momento, ele sugere que as regiões não são entidades objetivas, mas apenas formas de divisão do espaço baseadas em determinados critérios, sendo que o conceito por ele adotado, por isso mesmo, "não recusa, inicialmente, quaisquer das perspectivas assinaladas". Contudo, a maneira como o autor enfatiza a superioridade teórica do seu enfoque sobre os demais faz com que o seu conceito de região apareça como sendo o único válido. Ao contrário do que ocorreria nos trabalhos baseados na perspectiva dos "desequilíbros regionais" – que segundo ele não conseguem fugir do viés teórico neoclássico, mesmo quando inspirados no pensamento histórico-estruturalista cepalino – o ponto de vista das transformações da divisão regional do trabalho seria o único capaz de explicar a verdadeira natureza dos conflitos que deram origem à Sudene, além de indicar a "(...) redefinição do próprio conceito de *região* num sistema de base produtiva capitalista e talvez até uma completa desaparição dessas 'regiões' " (Oliveira, 1977, p. 25 – grifo do autor)[13]. Por isso ele sustenta que em países capitalistas avançados já não seria possível encontrar regiões, mas apenas "zonas de localização diferenciada de atividades econômicas" (Idem, p. 25).

Ora, mas o que seriam essas "zonas" senão divisões do espaço delineadas segundo outra forma de entender a divisão regional do trabalho? Nesse sentido, não há nenhum motivo para recusar o rótulo de "região" a determinadas formas de divisão do espaço efetuadas de modo a destacar os padrões de localização das atividades econômicas. O próprio autor admite isso, implicitamente, quando afirma que a tendência à homogeneização do espaço "acabaria por fazer desaparecer as 'regiões', *no sentido proposto por esta investigação*" (mas não em qualquer outro sentido que se possa atribuir ao conceito de região). E acrescente-se que o mesmo raciocínio vale para o conceito de divisão regional do trabalho, que também pode assumir conteúdos variados. Em suma, Oliveira começa dando a entender que é possível dividir o espaço de inúmeras maneiras, prossegue afirmando a superioridade teórica do seu conceito em relação aos demais – embora sem demonstrar em que estaria fundada essa superioridade – e, por fim, conclui que já não se pode falar de regiões nos marcos da hegemonia do capital monopolista sobre o processo produtivo em escala nacional, sugerindo assim, implicitamente, que o seu conceito de região é o único que existe ou o único adequado para responder a qualquer problemática teórica e política relevante.

Portanto, o que há por trás da controvérsia em torno da tendência à homogeneização do espaço não é tanto o reconhecimento ou não das diferenças que persistem e que são produzidas pelo processo de integração do mercado interno, até porque o próprio Francisco de Oliveira reconhece esse fato, conforme se lê abaixo.

> "Tal homogeneidade [dos estados do Nordeste] sempre foi muito relativa, mas de qualquer modo a inércia e o 'círculo vicioso e viciado' em que se movia a economia regional vis-à-vis outras regiões tornava os estados mais semelhantes entre si. Os resultados da expansão recente não foram capazes, ainda, de preencher as sensíveis diferenças, do ponto de vista dos principais indicadores econômicos, entre os estados da região e os outros, mais ricos. Entretanto, modificações de ritmo de desenvolvimento, localizações estratégicas de empresas estatais, capacidade de algumas burguesias metamorfosearem-se em empreendedores industriais aliando-se a outros poderosos grupos estatais e burgueses extra-regionais, indicam um movimento cen-

[13] Note-se que essa avaliação possui um viés bastante dogmático, pois o autor sequer se dá ao trabalho de formular uma crítica teórica e/ou empírica à abordagem neoclássica ou de discutir em profundidade até que ponto seria justo equipará-la às interpretações de inspiração cepalina, como as de Celso Furtado.

> trífugo no sentido de desfazer a relativa homogeneidade e a unanimidade em que se reconheciam 'nordestinos' " (Oliveira, 1990, p. 88).

Ora, isso significa que a integração da economia nacional amplia a heterogeneidade regional ao mesmo tempo em que homogeneiza o espaço. Mas não se trata de dizer que o autor caiu em contradição; ocorre apenas que a noção de homogeneidade varia dentro de sua exposição, porque variam seus critérios de divisão do espaço. O problema está na não explicitação dessas mudanças e dos propósitos analíticos aos quais elas podem servir.

Nesse sentido, o que está realmente em jogo em toda a polêmica gerada pelas teses de Oliveira é a questão da *relevância teórica e política dos critérios de divisão do espaço*. Essa questão é basilar no âmbito dos estudos regionais, e foi muito bem destacada por Yves Lacoste, na sua já mencionada crítica à Geografia Regional lablacheana. Contudo, muito do que se escreve nessa área do conhecimento passa ao largo de qualquer reflexão explícita sobre os propósitos aos quais podem servir os critérios de divisão espacial adotados. No caso de Oliveira, vê-se que seu conceito de região tem seus méritos e permite destacar algumas questões de inegável importância, mas não é capaz de esgotar todas as implicações políticas, sociais e econômicas derivadas da relação sociedade/espaço. Exemplo disso é a inoperância do seu conceito de região para o estudo da dinâmica dos "novos espaços econômicos" (que está no cerne da maior parte das pesquisas internacionais sobre desenvolvimento regional nos últimos vinte anos)[14], visto a forma como tal conceito se prende ao contexto da "questão regional", associada a regiões relativamente pobres, como o Nordeste brasileiro e o Sul da Itália. Tome-se também como exemplo a questão que está na base de todos os trabalhos de Geografia Econômica produzidos no Brasil durante os anos 90, qual seja, a de determinar os impactos regionais do processo de "integração competitiva" do país à economia mundial num contexto marcado pela transformação do paradigma técnico econômico (Diniz Filho, 2000); o conceito de região utilizado por Oliveira simplesmente não é operacional para investigar essa questão específica, pois recusa a análise da divisão regional do trabalho do ponto de vista dos padrões de localização das atividades econômicas e das articulações técnicas e produtivas setoriais (enfoque que o autor certamente qualificaria como "neoclássico").

Ao cabo dessa digressão, resta apenas apresentar a crítica de Claudio Egler às teses de Oliveira, dada a reflexão teórica que a acompanha. Segundo Egler há, realmente, uma tendência à "homogeneização do espaço para a valorização do capital" operando em todas as escalas, mas ele ressalva que "(...) a passagem desta imanência abstrata do modo capitalista de produção para a análise de situações concretas exige algumas mediações, sem as quais perde completamente sua consistência analítica e passa a ser mais um dos dogmas que entorpece o marxismo vulgar" (154).

Em função disso, Egler apresenta os referenciais teóricos que permitiriam ressaltar algumas dessas mediações a partir das quais seria possível entender as formas concretas de diferenciação do espaço econômico. O primeiro referencial é o entendimento de que a concorrência capitalista constitui parte intrínseca e essencial do processo de acumulação, de modo que o comportamento global da economia capitalista – especialmente durante os grandes ciclos de crise – só pode ser compreendido a partir de um enfoque centrado nas decisões de investimento dos grandes blocos de capital e nos condicionantes técnicos e econômicos dessas decisões. O "padrão de concorrência" é assim a primeira mediação a ser empregada no estudo da dinâmica territorial das economias capitalistas, pois define os condicionantes das estratégias movidas pelas grandes empresas para

[14] As principais teorias de desenvolvimento regional formuladas nesse período, concentram-se na análise de três elementos sobre os quais se baseia a dinâmica dos "novos espaços econômicos", que são as indústrias de alta tecnologia, os serviços e as atividades artesanais e das Pequenas e Médias Empresas (Benko, 1996, p. 133-150).

galgar melhores posições dentro das estruturas de mercado das quais participam. Isso remete a outra mediação importante, que é o conceito de "território econômico" de Hilferding. A partir dele, seria possível pensar as estratégias movidas pelas grandes empresas e Estados nacionais para influir na definição das estruturas de mercado, mediante a diferenciação do espaço econômico:

> "Se de um lado o capitalismo busca ampliar ao máximo o espaço econômico para realizar-se enquanto valor que se valoriza, de outro a concorrência visa segmentar este espaço em territórios econômicos onde frações de capital definem as regras do jogo através de mecanismos políticos e econômicos". (Egler, 1993, p. 155).

Por fim, Egler resgata as contribuições teóricas de Prebisch para demonstrar que os ritmos diferenciados de introdução de progresso técnico no processo produtivo, que definem, portanto, velocidades distintas de acumulação de capital, permitem dividir esse espaço econômico mundial num sistema "centro/periferia" sincronicamente articulado[15]. Nesse contexto, a introdução de progresso técnico constitui a mediação que permitiria entender o aspecto dinâmico dos territórios econômicos, que não são definidos apenas pela dotação diferencial de recursos naturais e outros fatores de produção, mas principalmente pela "capacidade de combiná-los em um processo dinâmico que conferisse à acumulação ritmo endógeno diferenciado". Exemplo disso é o próprio caso brasileiro, no qual a intervenção do Estado desenvolvimentista, operada mediante grandes investimentos e mecanismos variados de política econômica, conseguiu dotar o país de uma dinâmica interna de acumulação bastante acelerada, ainda que sem ser capaz de romper com o padrão acentuadamente heterogêneo (em termos setoriais e regionais) do desenvolvimento econômico típico de "capitalismos tardios e periféricos" (Idem).

Diante dessas considerações, pode-se dizer que a questão chave para a análise do desenvolvimento desigual não está na elaboração de *um* conceito mediador entre o movimento geral do capital e os processos concretos de transformação do espaço, tal como seria o conceito de divisão territorial do trabalho. O desafio para esse autor é constituir um sistema de conceitos que funcionem como elementos de mediação entre essas duas instâncias, a fim de instrumentalizar teoricamente uma análise de caráter histórico sobre os inúmeros processos que concorrem para a diferenciação do espaço econômico. E, vale dizer, tais conceitos não precisam necessariamente ser todos derivados do marxismo, como se vê no uso que Egler faz de algumas teorias cepalinas.

Conclusão

Diante de tudo o que foi discutido até agora, é possível fazer uma avaliação dos limites e possibilidades da aplicação do marxismo na Geografia Econômica através de uma síntese esquemática das principais conclusões a que chegamos, tal como segue:

- Não é possível elaborar, a partir de um instrumental marxista, um conceito científico de região. Tal tentativa é incompatível com os esforços dos marxistas para incorporar os condicionantes históricos e geográficos concretos do desenvolvimento nas suas análises, além de esbarrar no fato de que a "região" não constitui uma categoria fundamental da teoria econômica marxista;
- O marxismo não auxilia em nada as tentativas de demonstrar que as regiões seriam entidades objetivas, devido à incompatibilidade entre a teoria marxista do valor e as teses do "intercâm-

[15] Egler faz uma leitura da obra prebischiana que se afasta das interpretações simplistas que predominaram nas décadas de 60 e 70, pois coloca o ritmo de introdução de progresso técnico, e não a célebre "deterioração dos termos de troca", como principal determinante das diferenças entre "centro" e "periferia". Ver: (Furtado, 1992).

bio desigual". Sendo assim, mostra-se mais coerente pensar no conceito de região como um instrumento para a análise da expressão espacial das relações econômicas capitalistas;

• Os esforços para estabelecer uma teoria geral sobre a "lógica do capital no espaço" conduzem a uma visão segundo a qual o fenômeno do "desenvolvimento desigual e combinado" seria uma espécie de "lei" do capitalismo. O mais correto, dentro da ótica marxista, seria pensar esse fenômeno como um componente histórico do processo de mundialização do capitalismo, de modo que a análise deve centrar-se nos condicionantes do processo de desenvolvimento econômico em sua dimensão espacial;

• A aplicação *exclusiva* de categorias marxistas na Geografia Econômica conduz a uma visão simplificadora da tendência à homogeneização do espaço, já que despreza as mediações sob as quais essa tendência opera e subestima os processos de diferenciação espacial que persistem e que são produzidos pelo próprio avanço do capitalismo monopolista. Assim, a busca de conceitos mediadores entre o movimento geral do capital e os processos concretos de transformação do espaço não pode restringir-se apenas ao campo marxista, sendo necessário recorrer também a outras matrizes teóricas. Numa palavra, um certo ecletismo metodológico faz-se obrigatório.

Finalizando, cabe alertar que as considerações aqui efetuadas sobre a natureza instrumental do conceito de região não devem ser encaradas como uma forma de descartar esse conceito, ou como mais uma tentativa de decretar a "morte" da Geografia Regional, tal como já foi feito por alguns geógrafos marxistas. Pelo contrário, a persistência com que é usado revela que esse conceito é indispensável para explicar os padrões de organização do espaço e planejar as atividades que visam intervir sobre esses padrões, sobretudo considerando as diferenciações produzidas por certos processos econômicos e sociais que operam em escalas intermediárias entre o "local" e o "nacional". Noutras palavras, esse conceito torna-se mais fecundo justamente quando se abdica da idéia de região como ente real, definindo-a como "um nível de abstração do raciocínio espacial em ciências sociais", possuindo "o mesmo estatuto lógico dos níveis global, nacional e local" (Egler, 1996, p. 186).

Bibliografia

ABLAS, Luiz. A questão regional: a diversidade na homogeneidade. In: CARLEIAL, Liana M. F., LAVINAS, Lena e NABUCO, Maria R. (org.). *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo: Anpur/ Hucitec, 1993. p. 11-18.

BENKO, Georges. *Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI*. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARLEIAL, Liana Maria da Frota. A questão regional no Brasil contemporâneo. In: CARLEIAL, Liana M. F., LAVINAS, Lena e NABUCO, Maria R. (org.). *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo: Anpur/Hucitec, 1993. p. 11-18.

CARLEIAL, Liana Maria da Frota e ROLIM, Cássio Frederico Camargo. A integração desintegradora: estudo de caso do complexo agroindustrial do algodão no Ceará. *Espaço & Debates*, São Paulo, Ano XIV, n. 38, p. 582-595, 1994.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Regionalização e organização espacial*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1991 (SériePrincípios, 53).

DINIZ FILHO, Luis Lopes. Os equívocos da noção de "regiões que exploram regiões": crítica ao conceito de "transferência geográfica de valor" de Edward Soja. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo, n. 13, p. 165- 186, 1999.

DINIZ FILHO, Luis Lopes. *A dinâmica regional recente no Brasil: desconcentração seletiva com "internacionalização" da economia nacional*. São Paulo: Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2000. 254 p. (Tese, doutorado em Ciências: Geografia Humana).

EGLER, Claudio Gonçalves. *Crise e questão regional no Brasil*. Campinas: Instituto de Economia da Universidade de Campinas, 1993. 235 p. (Tese, doutorado em Ciências: Economia).

EGLER, Claudio Gonçalves. Crise e dinâmica das estruturas produtivas regionais no Brasil. In: CASTRO, Iná E., CORRÊA, Roberto L. e GOMES, Paulo C. C. *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 185-222.

FAISSOL, Speridião (1975). Introdução. In: MESMO AUTOR (org.). *Urbanização e regionalização: relações com o desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. p. 1-10.

FURTADO, Celso. O Subdesenvolvimento Revisitado. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 1, 1992.

GALVAN, Cesare G. Tecnologia, valor e troca desigual (retomando um artigo de Schoeller). *Estudos*, São Paulo, n. 25, s.d. p. 159-178.

GOLDENSTEIN, Léa e SEABRA, Manoel. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo, n. 1, p. 21-48, 1982.

GOMES, Paulo César da Costa. *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

HARTSHORNE, Richard. *Propósitos e natureza da geografia*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1978 (Coleção Geografia, Teoria e Realidade, s.n.).

KRUGMAN, Paul. *Development, geography and economic theory*. Cambridge: MIT Press, 1995.

LACOSTE, Yves. *A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. 2ª ed. Campinas: Papirus, 1989.

LENCIONI, Sandra. *Região e Geografia: uma introdução ao estudo da noção de região*. São Paulo: Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1997. 221 p. (Tese, livre docência em Ciências: Geografia Humana).

LIPIETZ, Alain. *O capital e seu espaço*. São Paulo: Nobel, 1988.

MARKUSEN, Ann R. (1981). Região e regionalismo: um enfoque marxista. *Espaço & Debates*, São Paulo, Ano 1, n. 2, 1981. p. 53-67.

MARKUSEN, Ann R. *Regions: the economics and politics of territory*. Totowa, New Jersey: Rowman & Littlefield, 1987.

MARTIN, André Roberto. *As fronteiras internas e a "questão regional" do Brasil*. São Paulo: Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1993. 216p. (Tese, doutorado em Ciências: Geografia Humana).

MEDINA, Mérida Herasme e OLIVEIRA e SILVA, Antonio Braz. *PIB por Unidade da Federação –1985-1998*. Brasília: Ipea, out. 1999 (Série Texto para Discussão, 677).

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Os circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação no espaço*. São Paulo: Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, mimeo., 1988.

OHMAE, Kenichi. Putting global logic first. *Harvard Business Review* New York, p. 119-124, jan.-feb. 1995.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, Francisco de. A metamorfose da arribaçã: fundo público e regulação autoritária na expansão econômica do Nordeste. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 27, p. 67-92, jul.1990.

OLIVEIRA, Francisco de e REICHSTUL, Henri-Philipe. Mudanças na divisão regional do trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 1980.

PACHECO, Carlos Américo. *A questão regional brasileira pós 1980: desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional*. Campinas: Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, 1996. 305 p. (Tese, doutorado em Ciências: Economia).

ROLIM, Cassio Frederico Camargo. Espaço e região: retorno aos conceitos originais. *Anais do X Encontro Nacional de Economia* Brasília, p. 579-602, dez1982.

SOJA, Edward W. Uma interpretação materialista da espacialidade. In: BECKER, Bertha K. *et alii* (org.). *Abordagens políticas da espacialidade*. Rio de Janeiro: UFRJ/Departamento de Geografia, 1983. p. 64-81.

SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.